

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026. No primeiro semestre de 2026, o Banco manteve sua estratégia de atuação especializada, com foco nas operações de câmbio, crédito e serviços financeiros, preservando uma abordagem prudente e seletiva na expansão de suas atividades. O período foi marcado por um ambiente regulatório e competitivo desafiador, incluindo mudanças tributárias e transformações na dinâmica de determinados segmentos do mercado de pagamentos internacionais, que impactaram o volume de transações cambiais no sistema financeiro em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado do semestre também foi impactado pelo reconhecimento integral de provisão relacionada à decisão proferida pelo Banco Central, em primeira instância, em Processo Administrativo Sancionador (PAS). O processo permanece em fase recursal, não havendo, até o momento, decisão definitiva sobre o mérito da controvérsia e o valor devido em caso de condenação. Nesse contexto, o Banco seguiu priorizando disciplina de capital, eficiência operacional e gestão rigorosa de riscos, ao mesmo tempo em que avançou em iniciativas voltadas à diversificação de suas fontes de receita e ao fortalecimento de parcerias estratégicas. A política de dividendos do Banco estabelece a distribuição mínima anual de 50% do lucro líquido ajustado, condicionada à manutenção de níveis adequados de capital regulatório e à aprovação em Assembleia Geral, em linha com as melhores práticas prudenciais do setor financeiro. O Banco possui como controlada a Fineasy Tech Serviços de Tecnologia Ltda., dedicada à prestação de serviços de tecnologia e teleatendimento, reforçando a estratégia de suporte operacional e eficiência tecnológica do grupo. **Governança Corporativa:** O Banco Topázio mantém estrutura de governança alinhada às melhores práticas do sistema financeiro, com comitês formalmente constituídos que apoiam a Administração na condução estratégica e na supervisão dos riscos relevantes. A atuação integrada da Diretoria Executiva, Auditoria Interna e instâncias de governança assegura a transparência, a equidade e a aderência aos padrões éticos e regulatórios aplicáveis. **Política de Equidade:** O Banco Topázio reafirma seu compromisso com a equidade e inclusão, trabalhando a cada ano para construir um ambiente em que cada pessoa seja respeitada e valorizada, promovendo um espaço cada vez mais diverso e acolhedor. Ao longo do primeiro semestre de 2026, algumas iniciativas foram implemen-

tadas com esse propósito, fortalecendo nossa cultura organizacional, como:

- **Programa Liderar:** Focado no fortalecimento contínuo e no plano de desenvolvimento de nossos gestores.
- **Onboarding de novos Colaboradores:** todo colaborador que inicia na empresa, além de receber os equipamentos de trabalho, é entregue o kit onboarding, contendo materiais de escritório, caneca e cartões de benefícios.
- **Programa Avançar:** Iniciativa voltada para identificar e preparar nossos talentos para assumirem futuros papéis de liderança.
- **Datas Comemorativas:** Celebramos momentos especiais (como Dia da Mulher, Dia das Mães e Dia dos Pais) com ações que incluem brindes e cartões comemorativos.
- **Integração e Conexão:** Promovemos dinâmicas e eventos descontraídos - como a nossa Gincana da Copa do Mundo - para fortalecer os laços entre times e colaboradores.

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, apresentamos informações sobre a representatividade feminina no Banco Topázio.

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

	Superintendências		Lideranças		Operações	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
2026	2	50,00%	12	50,00%	58	57,43%
2025	2	50,00%	11	45,83%	66	57,90%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na Administração.

	Cargos da Administração	Mulheres em Cargos de Administração	Proporção
2026	9	2	22,22%
2025	9	2	22,22%

Diretorias e Superintendências.

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

	2025	2026
Cargo		
Superintendências	1,48% (11,35%)	
Gerentes	(26,29%)	(27,16%)
Coordenadores	(2,28%)	(9,40%)
Operações	(8,00%)	(13,55%)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025			(Valores expressos em milhares de Reais)		
	30/06/2026	31/12/2025		30/06/2026	31/12/2025
Ativo			Passivo		
Disponibilidades (Nota 4)	43.687	90.053	Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.582.842	1.953.345
Instrumentos financeiros	1.920.662	2.296.355	Depósitos à vista (Nota 9.a)	132.103	136.511
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	661.113	618.209	Depósitos a prazo (Nota 9.a)	878.420	1.315.113
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.b)	570.325	562.029	Depósitos em moedas estrangeiras (Nota 9.a)	49.300	20.474
Relações interfinanceiras (Nota 5.c)	51.348	82.007	Obrigações por operações compromissadas (Nota 9.b)	522.245	477.392
Transações de pagamento (Nota 5.d)	531.295	938.345	Relações interfinanceiras	251	—
Operações de crédito (Nota 5.e)	106.103	95.324	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9.c)	523	3.855
Outros créditos (Nota 5.f)	478	441	Provisões (Nota 10)	496	538
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito (Nota 5.g)	(6.610)	(4.677)	Provisões para contingências	496	538
Ativos fiscais diferidos (Nota 6)	19.710	14.503	Outros passivos	178.127	238.125
Outros ativos	41.456	61.693	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (Nota 11)	9.857	16.010
Rendas a receber	258	383	Sociais e estatutárias	—	1.913
Diversos (Nota 7)	34.781	56.233	Fiscais e previdenciárias (Nota 11)	4.306	17.289
Despesas antecipadas	5.036	3.696	Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 6)	818	694
Bens não de uso próprio	1.381	1.381	Diversas (Nota 11)	163.146	202.219
Investimentos em participações em coligadas e controladas	5.323	4.647	Patrimônio líquido (Nota 12)	280.104	284.451
Imobilizado de uso (Nota 8)	13.432	12.389	Capital social	192.292	192.292
Intangível (Nota 8)	26.360	22.247	De domiciliados no país	192.292	192.292
Depreciações e amortizações (Nota 8)	(22.451)	(20.751)	Reservas de lucros	92.688	92.688
Total do ativo	2.041.569	2.476.459	Reserva legal	9.721	9.721
			Reserva estatutária	82.967	82.967
			Outros resultados abrangentes	(521)	(529)
			Lucros ou prejuízos acumulados	(4.355)	—
			Prejuízos acumulados	(4.355)	—
			Total do passivo e do patrimônio líquido	2.041.569	2.476.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025						
(Valores expressos em milhares de Reais)						
	Reservas de lucros					
	Capital social	Legal	Estatutárias	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	192.292	7.920	68.893	(74)	—	269.031
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (Nota 12)	—	—	—	(537)	—	(537)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	192.292	7.920	68.893	(611)	—	268.494
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	14.536	14.536
Destinações						
Constituição de reservas	—	727	13.809	—	(14.536)	—
Ajuste ao valor de mercado	—	—	—	73	—	73
Saldos em 30 de junho de 2025	192.292	8.647	82.702	(538)	—	283.103
Saldos em 1º de janeiro de 2026	192.292	9.721	82.967	(529)	—	284.451
Prejuízo do semestre	—	—	—	—	(4.355)	(4.355)
Ajuste ao valor de mercado	—	—	—	8	—	8
Saldos em 30 de junho de 2026	192.292	9.721	82.967	(521)	(4.355)	280.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado que opera na forma de Banco Múltiplo, com sede na Rua 18 de Novembro, 273 - Porto Alegre/RS. Tem como objetivo oferecer serviços e produtos financeiros voltados para clientes pessoas físicas e jurídicas, como crédito, câmbio e investimentos. Atua no segmento de crédito através de operações com lastro em recebíveis de meios de pagamento. No mercado de câmbio, realiza operações com câmbio pronto, contas correntes em moeda estrangeira, remessas internacionais, pagamentos de e-commerce e diversas naturezas de transação. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. A Administração declara que as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional da entidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados. Declara, ainda, que as divulgações nelas contidas refletem de forma adequada e completa todas as informações relevantes utilizadas na condução da gestão do Banco. Em 26 de agosto de 2026, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, autorizou a divulgação a partir dessa data. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis:** As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, juntamente com suas regulamentações complementares e eventuais alterações posteriores, entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, revogando integralmente a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas novas normas definem os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, abrangendo aspectos como classificação, mensuração, constituição de provisões para perdas, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A implementação dessas disposições tem como objetivo alinhar a regulamentação contábil brasileira aos padrões internacionais aplicáveis a instrumentos financeiros. A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN poderão deduzir do lucro real e da base de cálculo da CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, com atraso superior a 90 dias, em relação ao pagamento do principal ou de encargos. O valor da perda dedutível será apurado mensalmente, mediante a aplicação de fatores sobre o valor total do crédito, a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida. As perdas incorridas que não tenham sido deduzidas até 31 de dezembro de 2024 poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. **3. Resumo das políticas contábeis significativas:** As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a. Apuração de resultados:** As receitas e despesas foram reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **b. Transações em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço, e as diferenças decorrentes

de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **c. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (g), imposto diferido ativo (n), provisão para contingências (o) e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (d). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** O valor apresentado como caixa e equivalentes de caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo. **e. Instrumentos financeiros:** Em 1º de janeiro de 2025, o Banco Topázio reclassificou os títulos registrados até 31 de dezembro de 2024 nas categorias "Mantidos até o Vencimento", "Disponíveis para Venda" e "Para Negociação", para as novas categorias contábeis: Custo Amortizado (CA), Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Essa reclassificação foi realizada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, que estabelece novos critérios para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e está alinhada ao modelo de negócios aprovado pela administração do Banco. **Modelo de Negócio Adotado e Práticas Internas:** O Banco Topázio adota, de forma combinada, os seguintes modelos de negócios, conforme a natureza e o propósito de gestão de suas carteiras de ativos financeiros: Custo Amortizado (CA): aplicável às carteiras de crédito e demais ativos mantidos com o objetivo de recebimento integral dos fluxos de caixa contratuais até o vencimento; Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA): utilizado nas situações em que há intenção de retenção combinada com possibilidade de venda, conforme estratégias estabelecidas para liquidez e balanceamento de risco; Valor Justo por Resultado (VJR): adotado para os ativos financeiros destinados à negociação ativa, com expectativa predominante de alienação no curto prazo. **Ativos Financeiros: (i) Ativos de Tesouraria e Exposição Cambial:** Os ativos de tesouraria, compreendendo disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos mobiliários, são geridos com o objetivo de assegurar a liquidez da Instituição, garantir o cumprimento das obrigações operacionais e promover a eficiência na alocação de recursos. Estão incluídos, nesse contexto, os ativos financeiros em moeda estrangeira, cuja gestão visa garantir a fluidez dos fluxos cambiais operacionais, preservar o equilíbrio entre ativos e passivos em diferentes moedas e mitigar a exposição ao risco cambial. A condução dessas posições observa o princípio da neutralidade cambial, podendo envolver operações de hedge sempre que necessário, de acordo com os limites e critérios definidos no apetite a risco da Instituição. A gestão desses ativos pode envolver estratégias de manutenção até o vencimento, caracterizando o modelo de custo amortizado (CA), ou operações com possibilidade de venda, enquadradas nos modelos de valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por resultado (VJR), conforme o caso. A alocação dos ativos e suas movimentações observam critérios de risco, limites operacionais e conformidade definido pela Instituição. **(ii) Operações de Crédito:** As operações de crédito, bem como os ativos financeiros com características de operações de crédito, são, por definição institucional, mantidas até o vencimento, sendo, portanto, classificados sob o modelo de custo amortizado. Essa diretriz reflete a estratégia de geração estável de receita financeira e de preservação do relacionamento de longo prazo com os clientes. A concessão, acompanha-

Média da remuneração feminina em relação à média de remuneração masculina. **Ouvidora:** Em conformidade com a regulamentação vigente, o Banco disponibiliza canais específicos para o recebimento e tratamento de manifestações, críticas e reclamações, pautando sua atuação pela transparência, confidencialidade e respeito aos direitos dos consumidores. Informações adicionais estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Compliance:** A área de Compliance atua de forma independente na coordenação e monitoramento das políticas e procedimentos internos, promovendo a gestão estruturada do risco de conformidade e o alinhamento às exigências regulatórias. O Programa de Compliance é continuamente aprimorado, reforçando a cultura ética e a integridade na condução dos negócios. **Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo:** O Banco mantém estrutura dedicada à prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, com políticas de conhecimento de clientes, funcionários, fornecedores e parceiros, monitoramento contínuo de operações e comunicação tempestiva às autoridades competentes. A atuação é suportada por processos de governança e capacitação permanente. **Gestão de Riscos e Capital:** A estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital contempla riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de conformidade, em linha com as diretrizes regulatórias e com o planejamento estratégico do Banco. A Administração monitora continuamente indicadores de inadimplência, concentração, liquidez e cenários de estresse, assegurando a manutenção de níveis adequados de capital e a sustentabilidade das operações. Informações detalhadas sobre a estrutura e o processo de gerenciamento de riscos e capital encontram-se disponíveis na seção Institucional/Relações com Investidores do site www.bancotopazio.com.br. A Administração do Banco Topázio agradece a confiança de seus clientes, parceiros e acionistas, bem como o comprometimento e a dedicação de seus colaboradores, que têm sido fundamentais para a continuidade e o desenvolvimento das atividades da instituição. Reafirmamos nosso compromisso com a solidez financeira, a prudência na gestão de riscos e a geração sustentável de valor para todos os nossos públicos de relacionamento. Porto Alegre, 26 de agosto de 2026

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025			(Valores expressos em milhares de Reais)		
	30/06/2026	30/06/2025		30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira	253.147	284.376			
Operações de crédito (Nota 5.f)	13.401	11.749			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 5.b)	77.985	66.432			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio (Nota 5.b)	7.122	41.305			
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros (Nota 5.d)	154.639	164.890			
Despesas da intermediação financeira	(103.207)	(91.186)			
Operações de captação no mercado (Nota 9.b)	(100.750)	(90.678)			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5.g)	(2.461)	(507)			
Provisões para perdas esperadas com demais ativos financeiros (Nota 5.a)	5	(1)			
Provisões para perdas esperadas com outras operações (Nota 5.g)	(1)	—			
Resultado bruto da intermediação financeira	149.940	193.190			
Outras receitas/despesas operacionais	(159.323)	(165.639)			
Receitas de prestação de serviços (Nota 13)	26.040	29.326			
Rendas de tarifas bancárias (Nota 13)	933	1.144			
Despesas de pessoal (Nota 14)	(20.272)	(22.587)			
Despesas administrativas (Nota 15)	(56.272)	(45.455)			
Despesas tributárias	(16.361)	(19.550)			
Resultado de participações em coligadas e controladas	662	909			
Outras receitas operacionais (Nota 16)	8.425	8.046			
Outras despesas operacionais (Nota 17)	(102.478)	(117.901)			
Resultado operacional	(9.383)	27.551			
Resultado não operacional	5	—			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(9.378)	27.551			
Imposto de renda e contribuição social	5.023	(13.015)			
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 18)	(67)	(15.583)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	5.090	2.568			
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre	(4.355)	14.536			
(Prejuízo)/lucro por ação	(0,021)	0,070			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025			(Valores expressos em milhares de Reais)		
	30/06/2026	30/06/2025		30/06/2026	30/06/2025
(Prejuízo)/lucro líquido do semestre	(4.355)	14.536			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	15	(132)			
Efeito tributário do ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(7)	59			
Total do resultado abrangente	(4.347)	14.463			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025		
(Valores expressos em milhares de Reais)		
	30/06/2026	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(9.378)	27.551
Ajustes ao resultado	(27.291)	(62.257)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.461	507
Provisões para perdas esperadas com demais ativos financeiros	(5)	1
Provisões para perdas esperadas com outras operações	1	—
Provisões para passivos contingentes	(42)	21
Depreciações e amortizações	1.791	1.753
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	76	53
Equivalência patrimonial	(662)	(909)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio	(30.911)	(63.683)
Resultado ajustado	(36.669)	(34.706)
Variações nos ativos e passivos	(35.271)	(21.024)
(Aumento)/redução de ativos	390.199	92.439
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(8.291)	(31.418)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(42.904)	(45.927)
Relações interfinanceiras	437.710	147.542
Operações de crédito	(11.309)	(8.501)
Outros ativos	14.993	30.743
Aumento/(redução) de passivos	(425.470)	(83.634)
Depósitos	(412.274)	(95.512)
Obrigações por operações compromissadas	44.852	31.392
Relações interfinanceiras	251	1.572
Instrumentos financeiros derivativos	(3.332)	1.061
Outros passivos	(54.975)	(21.683)
Ajustes avaliação patrimonial	8	(464)
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	(29.829)
Caixa líquido das atividades operacionais	(71.940)	(55.730)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.150)	(665)
Aplicação no intangível	(4.173)	(554)
Aquisição de investimento	(14)	(92)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(5.337)	(1.311)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(77.277)	(57.041)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	90.053	122.037
Efeito das mudanças das taxas de câmbio	30.911	63.683
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 4)	43.687	128.679
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(77.277)	(57.041)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mento e recuperação dessas operações seguem parâmetros internos definidos em normativos específicos, com base em critérios técnicos de avaliação de risco institucional. Até 31/12/2024, a *stop accrual* da receita de juros em operações de crédito ocorria após 60 dias de atraso; a partir de 01/01/2025, passou a ocorrer somente após 90 dias de atraso ou quando o ativo é classificado como problemático. Ativos financeiros com evidência de risco de crédito significativo são classificados como ativos problemáticos, especialmente quando houver indícios relevantes de comprometimento da capacidade de pagamento da contraparte. A Instituição considera como ativos problemáticos aqueles com atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos, ou ainda nos casos em que se identifique que a obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente contratadas. As operações renegociadas ou reestruturadas referem-se a ajustes nas condições contratuais originalmente pactuadas, os quais podem ocorrer por diversos motivos, incluindo estratégias de gestão de crédito, adequações às necessidades do cliente ou em razão de alterações no perfil de risco da contraparte. O ativo financeiro será baixado contra prejuízo quando não for mais provável a recuperação de seu valor. A Instituição mantém controles específicos para identificação e acompanhamento dos ativos baixados, até que todos os procedimentos de cobrança tenham sido integralmente esgotados, observado o prazo mínimo de 5 anos, conforme exigido pela regulamentação vigente. As operações inadimplidas com atraso igual ou superior a 361 dias devem ser baixadas para prejuízo e realizados os devidos registros contábeis. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Instituição são, em regra, mantidos até o vencimento, sendo classificados no modelo de custo amortizado (CA), em conformidade com as normas contábeis e regulamentares aplicáveis. A adoção de outra forma de mensuração somente é permitida nas hipóteses expressamente autorizadas pela regulamentação, mediante justificativa técnica e adequada formalização. A gestão dos passivos observa os princípios de estabilidade, previsibilidade e aderência à estratégia de captação (*funding*) definida pela Instituição, assegurando alinhamento com seu perfil de risco e objetivos operacionais. **f. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito:** O Banco adota a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21 e na Resolução BCB nº 352/23, aplicável às instituições classificadas no Segmento S4, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil. Os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito são classificados, mensurados e provisionados com base nessa metodologia simplificada, sendo observada, no mínimo, periodicidade mensal de avaliação. A constituição da provisão segue os critérios definidos na política interna de gerenciamento de risco de crédito, assegurando conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e com os requisitos regulatórios vigentes. A metodologia é aplicada a duas categorias distintas de ativos financeiros: ativos de tesouraria e ativos de crédito, considerando as características específicas de risco e prazo de cada modalidade. **Apuração de Perdas Incorridas:** Para os ativos financeiros inadimplidos, a Instituição adota os critérios de apuração de perdas incorridas estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, observando os níveis mínimos de provisão exigidos para operações com atraso, conforme os prazos e segmentações de carteira definidos na norma. O valor da provisão é calculado com base na aplicação dos percentuais sobre o valor contábil bruto dos ativos inadimplidos, de acordo com os intervalos de dias de atraso e a classificação das carteiras. **Provisão adicional para perdas esperadas:** A provisão adicional é constituída com base na diferença entre o valor da perda esperada, estimada a partir de modelos internos de avaliação de risco, e o valor da provisão mínima regulatória, conforme estabelecido na Resolução BCB nº 352/23, aplicável às instituições do Segmento S4. A Instituição poderá constituir provisão em montante superior ao mínimo exigido, com base em critérios técnicos que considerem riscos específicos não integralmente refletidos nas faixas de atraso ou nas tabelas de referência previstas na regulamentação. Essa abordagem visa assegurar que a provisão reflita adequadamente o risco efetivo da carteira de crédito, em conformidade com o princípio da prudência contábil e as boas práticas de gestão de risco. **g. Valores a receber adquiridos:** Os títulos e créditos a receber são constituídos de operações de antecipação de recebíveis performados, que os estabelecimentos comerciais cedem ao Banco Topázio. As operações são com taxas prefixadas e estão registradas pelo seu valor de resgate e as receitas correspondentes a períodos futuros estão registradas em conta redutora dos respectivos ativos. As despesas sobre as operações são reconhecidas mensalmente, apropriadas no mesmo prazo das operações originais. **h. Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso, mencionado na Nota Explicativa nº 8, está registrado ao custo de aquisição. Com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação é determinada pelo valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa. Conforme a Resolução nº 4.535/2016 do CMN, considera-se vida útil o período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. Não foram identificadas evidências de *impairment* no período findo em 30 de junho de 2026. **i. Intangível:** O intangível está representado por gastos com direitos relativos a licenças de uso e projetos gerados internamente, registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização é calculada pelo método linear. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 1 a 3 anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda, deduzido dos custos com vendas e o valor em uso de um ativo. **k. Depósitos a prazo e recursos de acetes e emissão de títulos:** Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos pro rata dia, até a data do balanço. **l. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A provisão para a contribuição social sobre o lucro é constituída à alíquota de 20%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.842/2020 do CMN e estão suportados por estudo de capacidade de realização. O saldo existente em 30 de junho de 2026 de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido reconhecidos contabilmente foi constituído sobre as diferenças temporárias de provisões para perdas associadas ao risco de crédito, sobre as despesas ainda não dedutíveis, sobre as contingências trabalhistas e cíveis, diferenças de depreciação e ajustes de avaliação patrimonial e está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado e aprovado pela Administração, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/22 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários. **m. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução nº 3.823/2009 do CMN: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, quando há decisão judicial desfavorável ao Banco, sem possibilidade de reversão. As contingências classificadas como possíveis requerem somente divulgação e ocorrem quando há decisão desfavorável ao Banco, com possibilidade de reversão em instâncias superiores. As contingências classificadas como remotas, não requerem provisões ou divulgação, e ocorrem quando não há decisão judicial ou há decisão favorável ao Banco. Obrigações legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras. **n. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia). **o. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **p. Resultado recorrente e/ou não recorrente:** O Banco considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Além disto, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Banco e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, o resultado do Banco foi obtido com base em resultados recorrentes e não recorrentes.

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	5.443	7.663
Disponibilidades em moedas estrangeiras	38.244	82.390
Total	43.687	90.053

Instrumentos financeiros:					
a. Aplicações interfinanceiras de liquidez:					
	30/06/2026	31/12/2025			
Aplicações em operações compromissadas - Custo amortizado					
Letras financeiras do tesouro (LFT)	529.988	91.983			
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	99.999			
Notas do tesouro nacional (NTN)	-	340.003			
Total	529.988	531.985			
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Custo amortizado:					
CDI Pré DIM	2.929	2.933			
Perda esperada associada ao risco de crédito	(1)	(1)			
Total	2.928	2.932			
Aplicações em moedas estrangeiras					
Total circulante	128.197	83.292			
	661.113	618.209			
b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:					
	Vencimento			30/06/2026	
	De 31 a 90 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Mercado	Valor Custo
Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)					
Carteira Própria - LFT	-	28.597	6.355	34.952	34.951
Vinculados a compromisso de recompra - LFT	14.127	247.850	261.703	523.680	523.651
Vinculados a prestação de garantia - LFT	-	-	11.030	11.030	11.030
Total	14.127	276.447	279.088	569.662	569.632
Mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR)					
Instrumentos financeiros derivativos					
	663	-	-	663	663
Total	663	-	-	663	663
Total	14.790	276.447	279.088	570.325	570.295
	Vencimento			31/12/2025	
	De 31 a 90 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Mercado	Valor Custo
Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)					
Carteira Própria - LFT	-	22.898	18.185	41.083	41.081
Vinculados a compromisso de recompra - LFT	45.683	165.567	266.999	478.249	478.237
Vinculados a prestação de garantia - LFT	-	-	13.267	13.267	13.266
Total	45.683	188.465	298.451	532.599	532.584
Mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR)					
Instrumentos financeiros derivativos					
	4.062	-	-	4.062	4.062
Total	4.062	-	-	4.062	4.062
Mensurado ao custo amortizado					
Letra financeira privada posição livre posição financiada	384	-	-	384	384
Letra financeira privada posição livre	24.989	-	-	24.989	24.989
Perda esperada associada ao risco de crédito	(5)	-	-	(5)	(5)
Total	25.368	-	-	25.368	25.368
Total	75.113	188.465	298.451	562.029	562.014
c. Relações interfinanceiras:					
	30/06/2026	31/12/2025			
Depósitos vinculados ao Banco Central	48.869	68.307			
Correspondentes (a)	2.479	13.700			
Total circulante	51.348	82.007			
(a) Trata-se de saldos em correspondentes bancários, em sua maioria, valores mantidos em conta gráfica para suportar o serviço de pagamento de contas e boletos com as empresas IS2B Integrated Solutions to Business S.A. no total de R\$ 638 (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2025) e Ebanx Instituição de Pagamentos Ltda. (JUNO) no total de 1.839 (R\$ 13.075 em 31 de dezembro de 2025). d. Transações de pagamento: Refere-se a valores a receber relativos a operações de credenciamento conforme apresentado abaixo:					
	30/06/2026	31/12/2025			
Transações de pagamento	531.295	938.345			
Em 30 de junho de 2026, o montante de receitas foi de R\$ 168.652, despesas foi de R\$ 155.250 e o resultado líquido foi de R\$ 13.402. Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações. A totalidade das operações são de natureza circulante com liquidação dentro dos 12 meses do próximo exercício. e. Operações de crédito. O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: financiamento ao consumo através de associação com varejos e emissão de dívida. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro, conta garantida e antecipação de recebíveis. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:					
(a) Composição das operações de crédito por modalidade:					
	30/06/2026		31/12/2025		
	Não Circulante	circulante	Total	Não Circulante	circulante
					Total
Sector privado					
Capital de giro	66.331	35.629	101.960	60.762	29.557
Conta garantida	4.143	-	4.143	5.005	-
Total operações de crédito	70.474	35.629	106.103	65.767	29.557
(b) Composição da carteira por setor de atividade:					
	30/06/2026	31/12/2025			
Comércio	100.634	88.665			
Outros serviços	5.469	6.659			
Total	106.103	95.324			
(c) Recuperação de créditos baixados:					
	30/06/2026	30/06/2025			
Recuperação de créditos baixados	1.210	720			
(d) Créditos renegociados: O volume dos créditos renegociados foram apurados considerando os critérios descritos na Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, que considera: Renegociação: uma operação que implica na alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.					
	30/06/2026	31/12/2025			
Renegociações	1.897	413			
(e) Concentração dos maiores tomadores de créditos:					
	30/06/2026		31/12/2025		
	(R\$ mil)	% carteira	(R\$ mil)	% carteira	
Maior devedor	3.870	3,65	1.930	2,02	
10 maiores seguintes	18.003	16,97	15.827	16,60	
50 maiores seguintes	36.112	34,03	32.984	34,60	
100 maiores seguintes	29.337	27,65	29.430	30,88	
Demais	18.781	17,70	15.153	15,90	
Total	106.103	100,00	95.324	100,00	
(f) Receitas com operações de crédito:					
	30/06/2026	30/06/2025			
Operações de crédito	12.191	11.029			
Recuperação de crédito	1.210	720			
Total	13.401	11.749			
(g) Composição carteira de crédito por nível de risco e por faixas de atraso: Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os ativos financeiros devem ser classificados em carteiras específicas C1, C2, C3, C4 e C5, conforme os critérios definidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. Os ativos financeiros apresentados abaixo são compostos pelas notas explicativas 5d Transações de pagamento, 5e Operações de crédito e 5f Outros créditos.					
	30/06/2026				
	C1	C2	C4	C5	Total
Não Problemáticos					
De zero a 14 dias	-	531.295	93.597	3.362	628.254
De 15 a 30 dias	-	-	73	7	80
De 31 a 60 dias	-	-	451	-	451
De 61 a 90 dias	-	-	83	-	83
Problemáticos Adimplidos					
De zero a 14 dias	1.642	-	2.457	-	4.099
De 15 a 30 dias	-	-	-	6	6
De 31 a 60 dias	-	-	199	-	199
De 61 a 90 dias	-	-	38	537	575
Problemáticos Inadimplidos					
Menor que um mês	-	-	448	91	539
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	-	-	876	339	1.215
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	-	-	246	-	246
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	-	-	235	9	244
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	-	-	686	46	732

					30/06/2026
	C1	C2	C4	C5	Total
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	-	-	265	-	265
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	-	-	431	225	656
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	-	-	219	-	219
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	-	-	13	-	13
Total	1.642	531.295	100.317	4.622	637.876
Perda Incorrida	-	-	1.663	419	2.082
Provisão Adicional	164	-	3.085	378	3.627
Perda Esperada	-	-	821	80	901
Total	164	-	5.569	877	6.610
31/12/2025					
	C1	C2	C4	C5	Total
Não Problemáticos					
De zero a 14 dias	-	938.345	84.123	4.839	1.027.307
De 15 a 30 dias	-	-	600	243	843
De 31 a 60 dias	-	-	1.269	32	1.301
De 61 a 90 dias	-	-	431	-	431
Problemáticos Adimplidos					
De zero a 14 dias	1.916	-	767	-	2.683
De 15 a 30 dias	-	-	137	-	137
Problemáticos Inadimplidos					
Menor que um mês	-	-	431	215	646
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	-	-	219	-	219
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	-	-	13	-	13
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	-	-	-	12	12
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	-	-	113	72	185
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	-	-	135	34	169
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	-	-	76	-	76
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	-	-	88	-	88
Total	1.916	938.345	88.402	5.447	1.034.110
Perda Incorrida	-	-	505	187	692
Provisão Adicional	192	-	2.328	126	2.646
Perda Esperada	1.149	-	150	40	1.339
Total	1.341	-	2.983	353	4.677

f. Outros créditos: Refere-se a títulos com características de concessão de crédito.

					30/06/2026	31/12/2025
Outros créditos					478	441
Provisão Adicional					(9)	(8)
Total					469	433

Em 30 de junho de 2026, o montante de receitas foi de R\$ 204, despesas foi de R\$ 78 e o resultado líquido foi de R\$ 127. Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações.

g. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

30/06/2026						31/12/2025					
	Operações		Outros		Saldo	Operações		Outros		Saldo	
	de crédito	créditos				de crédito	créditos				
Saldo inicial	(4.669)		(8)	(4.677)		(4.747)		-	(4.747)		
Impacto no Patrimônio											
Líquido Res. 4.966/21		-		-	-	(978)		-	(978)		
Constituição/reversão provisão	(2.462)		(1)	(2.463)		(1.314)		(8)	(1.322)		
Baixa por perdas	530			530		2.370			2.370		
Saldo final	(6.601)		(9)	(6.610)		(4.669)		(8)	(4.677)		
Perda ocorrida associada	(2.082)		-	(2.082)		(692)		-	(692)		
Provisão adicional	(3.618)		(9)	(3.627)		(2.637)		(8)	(2.645)		
Perda esperada associada	(901)		-	(901)		(1.340)		-	(1.340)		

6. Ativos diferidos e passivos diferidos: Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em	Cons-	Real-	Saldo em
	31/12/2025	tituição	zação	30/06/2026
Ativos diferidos:				
Sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSSL	-	4.301	-	4.301
Sobre provisões para perdas associadas				
ao risco de crédito	2.705	309	(107)	2.907
Sobre despesas ainda não dedutíveis	11.556	7.539	(6.816)	12.279
Sobre contingências trabalhistas e cíveis	242	10	(29)	223
Total dos créditos tributários	14.503	12.159	(6.952)	19.710
Realização				

continua

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

Componente de Serviços (SC) e Componente de Juros, Arrendamento Mercantil e Participações (ILDC). A aplicação simultânea dos choques, em cenário combinado, resultaria em uma redução de 4,95 p.p. no Índice de Basileia Amplo do Banco.

30/06/2026 31/12/2025

Impacto no IB após choques de 50% nos componentes da RWA Opad

(4,95 p.p) (3,99 p.p)

Adequação de Capital e Limites Operacionais: Em 30 de junho de 2026, o Banco apresentava Patrimônio de Referência (PR) superior aos requerimentos prudenciais aplicáveis, considerando os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), compostos pelas exposições aos riscos de crédito, mercado e operacional. A apuração do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I e PR observa as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, bem como os demais normativos complementares aplicáveis. O Patrimônio de Referência do Banco é integralmente constituído por Capital Principal.

Na data-base, o nível de capital era suficiente para o atendimento dos requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I e Patrimônio de Referência, bem como do Adicional de Capital Principal (ACP) e do capital requerido para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRB). Em 30 de junho de 2026, o Banco apresentava Patrimônio de Referência de R\$ 266.450 e RWA de R\$ 1.136.305, correspondendo a um Índice de Basileia de 23,45%. Considerados o requerimento de capital para cobertura do IRRBB e o ACP, a margem de capital era de R\$ 118.730.

Limites Operacionais

Patrimônio de Referência (PR)

Nível I (NI)

Capital Principal (CP)

Capital Social

Ajuste de Avaliação Patrimonial

30/06/2026 31/12/2025

266.450 278.360

266.450 278.360

266.450 278.360

192.292 192.292

521 528

Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros

Ajustes Prudenciais

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Margem de Capital¹

Índice de Basileia (PR/RWA)

Capital para cobertura do IRRBB

Situação de Imobilização

Índice de Imobilização

¹Margem de capital considerando os requerimentos mínimos de PR, o capital para cobertura do IRRBB e o Adicional de Capital Principal (ACP). 22. **Outras informações: Seguros contratados:** O Banco Topázio possui cobertura de seguro de responsabilidade civil geral de administradores e diretores e seguro de vida em grupo para os funcionários.

30/06/2026 31/12/2025

92.688 92.688

9.621 6.494

1.136.305 970.726

118.730 152.165

23,45% 28,68%

11.361 12.228

13.041 12.038

4,89% 4,32%

A DIRETORIA

CONTADORA: Gizele Duarte Nunes - CRC/RS 075978/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Banco Topázio S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação

das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opi-

nião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Porto Alegre, 26 de agosto de 2026

Daniel Naves Martelletto
Contador - CRC 1MG105346/O-2